



O EMPODERAMENTO FEMININO NO CAMPO: MOBILIZAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA INTRA-AÇÃO

Aline Tainá Peixoto¹
Silvana Anita Walter²
Eduardo Guedes Villar³

Resumo: Este estudo tem por objetivo compreender como a perspectiva da intra-ação, pode contribuir para a análise das relações e do empoderamento feminino no campo. A perspectiva da intra-ação desafia a noção tradicional de entidades independentes ao propor que as propriedades e identidades são geradas a partir das intra-ações e relações entre os elementos. Os resultados deste estudo evidenciam a perspectiva da intra-ação como uma forma de compreender as dinâmicas de gênero e o empoderamento feminino no campo, a partir dos elementos da perspectiva da intra-ação: materialidade e discursividade; performatividade e agência. Como contribuição teórica, este trabalho consiste em apresentar uma perspectiva de empoderamento como relação, por meio de elementos, para abordar o empoderamento feminino de uma maneira distinta do que tem sido feito em outros estudos. Essa abordagem evidencia que o empoderamento não emerge de sujeitos previamente constituídos, mas de relações entre humanos e não-humanos. A mulher, nesse sentido, não é o centro único do processo, mas faz parte de uma rede de elementos que, em sua intra-ação, possibilitam (ou limitam) seu reposicionamento na sociedade.

Palavras-chave: Intra-ação; poder; mulheres; campo; ensaio teórico.

WOMEN'S EMPOWERMENT IN RURAL AREAS: THEORETICAL MOBILIZATIONS FROM THE PERSPECTIVE OF INTRA-ACTION

Abstract: This study aims to understand how the perspective of intra-action can contribute to the analysis of relationships and women's empowerment in rural contexts. The perspective of intra-action challenges the traditional notion of independent entities by proposing that properties and identities are generated through intra-actions and relations among elements. The findings of this study highlight intra-action as a way to understand gender dynamics and women's empowerment in rural areas, based on key elements of the intra-action perspective: materiality and discursivity; performativity and agency. As a theoretical contribution, this work presents an understanding of empowerment as relational, through these elements, offering an approach to women's empowerment that differs from those found in other studies. This approach shows that empowerment does not emerge from pre-constituted subjects, but rather from relationships between humans and nonhumans. In this sense, the woman is not the sole center of the process but is part of a network of elements that, through their intra-action, enable (or limit) her repositioning in society.

Keywords: *Intra-action; power; women; rural areas; theoretical essay.*

1 Introdução

O empoderamento feminino no campo busca por igualdade de gênero e a valorização das contribuições da mulher na agricultura para o desenvolvimento sustentável (Zaremba *et al.*, 2021). Há uma crescente conscientização sobre a importância de promover a autonomia e o

¹ Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. (UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3027-131X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/769058085668717> E-mail: alinetainap26@gmail.com

² Doutorado em Administração (PUC-PR). Professora de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1684-5465> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6055446867536139> E-mail: silvanaanita.walter@gmail.com

³ Doutorado em Administração (UFPR-PR). Professor de Administração do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5005-4099> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5291486477719808> E-mail: eduardo.villar@ifsc.edu.br



empoderamento da mulher como agente de transformação social e econômica (Mestmachaer & Braun, 2021).

A mulher carrega há décadas as marcas da discriminação e do preconceito de gênero, isso reflete no desejo de ser reconhecida como ser humano e cidadã. O empoderamento feminino auxilia no desenvolvimento em muitos países, fatores como a educação, posse de propriedades, oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho são destacados em estudos relacionados ao tema (Sen, 2000).

No Brasil, a mulher luta por muito tempo para ser reconhecida como trabalhadora rural e superar a visão limitada de ser somente esposa e ajudante dos agricultores (Paula, 2019). A partir da década de 1980, por meio de reuniões, manifestações, marchas e outros atos públicos, a mulher conquistou visibilidade na esfera pública e direitos básicos. Esse movimento coletivo foi apoiado por setores progressistas da Igreja Católica, que ajudaram a conscientizar as agricultoras sobre a opressão de gênero e incentivaram sua organização como um movimento social (Paula, 2019).

Nesse contexto, diversos autores defendem que quando a mulher participa dos movimentos sociais, ela deixa de ser invisível na sociedade. Ou seja, a partir da ação coletiva de grupos, provoca-se o seu próprio reconhecimento como cidadã legítima, com deveres e direitos na sociedade em que atuam (Carvalho, 2012). Contudo, a mulher ainda é objetivada no processo, sendo tratada como alguém que pode ser posicionada ou deslocada conforme interesses externos, e não como uma agente com participação ativa no próprio processo. Ainda que haja um encaminhamento de mudança por meio das políticas públicas e da valorização dos grupos sociais, em termos ontológicos a mulher não deixou de ser objetivada (Hamlin, 2008).

A Constituição de 1988 assegurou direitos iguais para homens e mulheres, tanto no campo quanto na cidade, o que permitiu que a mulher rural alcançasse conquistas, como o direito à aposentadoria, ao seguro-desemprego, à licença-maternidade remunerada e à titulação conjunta de terras (Paula, 2019). Mesmo com direitos assegurados pelo Estado, a titularidade à propriedade torna-se em um obstáculo para o acesso da mulher à terra, pois o título é dado à pessoa responsável pelo lote, normalmente um homem. Com os homens escolhidos como titulares das terras, a mulher é afastada das decisões e do acesso à políticas públicas (Mesquita, 2017).

O conceito de empoderamento feminino é discutido globalmente, especialmente no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Pode-se destacar, entre os objetivos o ODS 5, o qual visa: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015). Esse objetivo busca eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, promover a divisão igual das responsabilidades domésticas, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e garantir igualdade de oportunidades para que todos possam ocupar cargos de liderança (Gaur *et al.*, 2024). Diversos estudos indicam que, em geral, a mulher



em posição de liderança tende a ser transformacional em comparação com seus colegas masculinos (Gaur *et al.*, 2024). Em cargos de liderança e empreendedorismo a mulher promove mudanças que favorecem a igualdade de gênero (Chanyau *et al.*, 2023).

O empoderamento da mulher é um processo que envolve transformar as condições em que elas exercem sua agência, ou seja, aumentar suas escolhas individuais e transformar o contexto social e cultural onde vivem (Kabeer, 2011). Essas transformações incluem tanto as necessidades práticas como o acesso a renda e melhores condições de saúde, e interesses estratégicos como transformações profundas, questionamentos de normas de gênero e obtenção de direitos de igualdade (Kabeer, 2011).

Neste ensaio teórico, objetiva-se compreender como a teoria da intra-ação de Barad (2003, 2007) pode contribuir para a análise das relações e do empoderamento feminino no campo. Trata-se de entender o empoderamento não apenas como uma característica individual, mas como um fenômeno relacional, emergente das intra-ações entre elementos humanos e não humanos que constituem o cotidiano da mulher. A escolha dessa teoria se justifica por seu potencial de revelar as dinâmicas materiais e discursivas que moldam as possibilidades de agência da mulher rural, indo além de abordagens tradicionais (Nyberg, 2009).

Partindo do desafio de compreender o empoderamento não apenas como um atributo individual, mas como um fenômeno relacional e materialmente situado, adota-se a perspectiva da intra-ação para problematizar como as relações entre humanos e não humanos conformam as possibilidades de agência da mulher. A teoria da intra-ação desafia a noção tradicional de entidades independentes, propondo que as propriedades e identidades emergem das relações entre os elementos (Barad, 2003), o qual permite uma análise mais interconectada das dinâmicas de poder e resistência no campo.

Essa abordagem pode auxiliar na análise das dinâmicas de relação de poder e as interconexões no contexto do empoderamento feminino nas áreas rurais, pois ela se apresenta um posicionamento ontológico relacional, o qual permite olhar além das relações somente entre humanos e não humanos, mas o que surge e como se transformam as vivências no campo, através de intra-ações (Barad, 2007). A proposta se diferencia de outras abordagens do empoderamento, pois, ao se adotar uma perspectiva ontologicamente relaciona (primazia da relação), não se objetifica a mulher em um produto social. Ao invés disso, busca-se revelar as relações sociais que possibilitam e impossibilitam a produção social da mulher como efeito participie e performativo do próprio processo de empoderamento.

O presente ensaio teórico caracteriza-se pela sua natureza reflexiva e interpretativa, empregado de maneira deliberada e proposital, ou seja, como o meio mais apropriado para a compreensão de determinado assunto (Meneghetti, 2011). O ensaio teórico está organizado em



cinco seções além da presente introdução. Na segunda seção são apresentadas teorias antecedentes a intra-ação. A terceira seção contempla o conceito de empoderamento relacionado à intra-ação. A quarta apresenta-se as discussões com uma agenda para futuras pesquisas e por fim, a quinta são as conclusões.

2 Teorias antecedentes à intra-ação

Ao final da década de 1980, os pesquisadores começaram a incluir a cultura em seus estudos sobre redes. Anteriormente, focava-se mais nas conexões e interações entre pessoas ou entidades, no entanto percebeu-se que a cultura desempenhava um papel importante nessas redes. Estudos sobre redes semânticas (como palavras se relacionam) e redes cognitivas (como as ideias estão conectadas na mente) começaram a ganhar atenção (Mutzel, 2015). Ao mesmo tempo, sociólogos da cultura e dos movimentos sociais começaram a discutir o pensamento relacional. Esses pesquisadores destacaram que as redes empíricas são redes de significados, formadas por relações, estas são constituídas e entendidas por meio de discursos, criadas e moldadas pelas interações entre as pessoas (Emirbayer; Goodwin, 1994).

A sociologia relacional de Emirbayer (1997) representa um ponto de partida na compreensão das dinâmicas sociais através das relações e processos interativos. A abordagem dialoga com teorias que buscam reposicionar o ator e a ação ao entender a produção da realidade social, como as propostas por Latour (2005) e Barad (2003). A abordagem relacional oferece uma perspectiva para analisar conceitos e fenômenos sociais, como poder, igualdade, liberdade e agência (Emirbayer, 1997).

Em ciências sociais, a agência refere-se à capacidade das pessoas de tomar decisões e realizar ações que afetam o mundo ao seu redor (Sayes, 2014). No uso cotidiano, agência é simplesmente a habilidade das pessoas de fazer coisas e causar impacto na sociedade. Porém, quando os cientistas sociais estudam a agência, a partir de uma pluralidade ontológica, eles a definem de formas mais específicas e variadas, considerando como diferentes fatores influenciam a agência (Burkitt, 2016). Assim, a agência é moldada e condicionada pelo contexto social, cultural e histórico em que os atores estão inseridos, pois consideram-se as relações sociais, as normas, as instituições e as estruturas de poder. Na análise da agência, esses elementos influenciam as escolhas e as ações dos indivíduos e dos grupos. (Emirbayer, 1997).

A perspectiva relacional entende que agência não pode ser separada das situações em que as pessoas se encontram. Ela emerge das intra-ações e dos desafios dessas situações, é algo que surge das relações e dos problemas que elas enfrentam no seu dia a dia. (Emirbayer, 1997). A abordagem não entende as ações como individuais, mas como efeito das redes de relações. Essas



redes incluem tanto conexões pessoais quanto impessoais, os “interagentes” são vistos como partes dessas redes, e suas ações conjuntas produzem efeitos dentro dessas teias de relações e interdependências (Burkitt, 2016).

Essas redes consistem em um conjunto de relações ou ligações sociais entre um grupo de atores, bem como os próprios atores que estão conectados entre si (Emirbayer; Goodwin, 1994). Essa perspectiva faz parte de uma família abrangente de estratégias analíticas, um paradigma para estudar como recursos, bens e até posições fluem através de configurações particulares de laços sociais (Emirbayer, 1997).

A análise de redes sociais evita focar na ação individual isolada, uma vez que se concentra nas relações e interações entre os atores sociais. Em vez de olhar para o comportamento de uma pessoa ou organização, a análise de redes sociais examina como esses comportamentos são influenciados e moldados pelas conexões e interações dentro da rede (Emirbayer, 1997).

A partir da segunda metade da década de 1990, a pesquisa sobre redes sociotécnicas ampliou a compreensão de quem pode ser considerado um "ator" dentro de uma rede. Anteriormente, os atores eram principalmente pessoas ou organizações, mas essas novas pesquisas passaram a incluir também unidades não humanas, como objetos, ideias e conceitos (Mutzel, 2015).

Nesse contexto, os atores são agentes sociais que desempenham um papel na construção e na transformação das relações sociais. Eles são vistos como participantes ativos que interagem em contextos sociais específicos, influenciam e são influenciados pelas estruturas sociais e pelas dinâmicas de poder (Emirbayer, 1997).

A sociologia relacional considera que apenas os atores humanos podem criar significado, enquanto os atores não-humanos, embora façam parte das redes sociais, não possuem essa capacidade de gerar algum sentido (Mutzel, 2015). Em contrapartida a Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory-ANT*) de Latour (2012), entende que tanto os atores humanos e não-humanos, possuem a mesma capacidade de ação (Mutzel, 2015). A ANT, é uma abordagem de pesquisa desenvolvida na década de 1980 por estudiosos como, Latour, Akrich e Callon (Seba; Silva, 2024).

Na ANT, não-humano, não se refere somente a objetos físicos como máquinas ou tecnologias, o termo é usado para descrever qualquer entidade que possa participar ativamente em redes sociais e influenciar interações e decisões junto com atores humanos. Isso inclui desde dispositivos tecnológicos até elementos abstratos como leis ou ideias (Seba & Silva, 2024).

Na ANT, a "rede" consiste em um conceito usado para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos relatos podem incluir, “Rede é conceito e não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito” (Latour, 2012, p. 192). Pode-se usar o conceito de rede para descrever enredos relacionais complexos que não têm a forma



literal de uma rede, como uma sinfonia, um código de leis, ou uma tecnologia como televisão ou e-mails (Latour, 2012).

Para construir um relato ator-rede, é necessário incluir os muitos elementos deixados pelo contexto social dinâmico, de modo que esses elementos possam reaparecer quando algo acontecer dentro da rede e aumenta-se o número de elementos intermediários e mediadores (Latour, 2012). Os atores têm a capacidade de estabelecer suas próprias conexões e relações dentro das redes sociotécnicas, sejam humanos ou não humanos, e são vistos como agentes ativos que participam na formação e na transformação dessas redes (Mutzel, 2015). As redes sociotécnicas, conforme discutidas na Teoria Ator-Rede, são compostas por elementos heterogêneos, como pessoas, objetos, instituições e tecnologias, cujas interações configuram dinâmicas sociais e técnicas indissociáveis (Latour, 2005; Callon, 1986).

Latour (2012) evidencia que, para compreender a sociedade, precisa-se olhar além das ações humanas e considerar a influência de objetos e outros agentes não-humanos. Isso ocorre através de um "quadro" ou "membrana" que isola e conecta interações de uma forma mais complexa. Esse quadro envolve relações sociais, objetos, tecnologias e outras materialidades que dão forma às nossas interações (Selgas, 2008). Os objetos têm uma capacidade peculiar de se adaptar às nossas interações sociais em momentos importantes e, depois, parecer completamente alheios ao nosso comportamento habitual (Latour, 2012).

A ANT busca entender como todos esses elementos interagem e moldam o mundo social, sem separar rigidamente o mundo dos objetos do mundo das pessoas (Sayes, 2014). Em termos simples, a teoria ajuda a entender como a ciência, a tecnologia e a sociedade se interconectam e se influenciam mutuamente (Seba; Silva, 2024).

2.1 Perspectiva da intra-ação

A perspectiva da intra-ação se refere ao processo pelo qual as entidades e as propriedades são criadas por meio de relações e intra-ações; elas não existem como “coisas” independentes antes de se interagir entre si (Barad, 2007). As entidades emergem e são definidas por meio de relações específicas em momentos e espaços determinados (Seba; Silva, 2024).

Karen Barad defende que as relações vêm antes das coisas; a realidade não é feita de coisas separadas que existem por conta própria; é composta de "coisas" que surgem por meio das interações entre elas, conhecidas como intra-ações. Na abordagem parte-se do pressuposto que tudo está em constante intra-ação e isso define o que as coisas são e como elas importam. Assim, a perspectiva, ontologicamente, não se baseia na essência das coisas, mas nos fenômenos que surgem nas relações que as constituem (Barad, 2003).



A autora menciona que o mundo está sempre em um processo dinâmico de mudança, onde as estruturas, limites e propriedades das coisas são continuamente formadas e reformadas através dessas intra-ações. A realidade social não acontece simplesmente dentro de um espaço e tempo fixos, mas é criada e definida por essas intra-ações (Barad, 2003).

O neologismo "intra-ação" significa que as agências estão mutuamente constituídas e interligadas. Ao contrário da "interação" tradicional, que pressupõe a existência de agências individuais separadas que interagem entre si, a ideia de intra-ação reconhece que agências distintas não existem previamente, mas emergem através de suas intra-ações. As agências "distintas" são distintas de maneira relacional e não absoluta, sendo consideradas distintas devido ao seu entrelaçamento mútuo; não existem como elementos individuais separados (Barad, 2007).

Os estudos em ciências sociais examinam como os seres humanos estão conectados e interligados com o mundo ao seu redor, incluindo elementos não humanos como animais, plantas e objetos (Bryant, 2022). Os estudos de Barad (2003) mostram que, embora existam muitas perspectivas diferentes dentro dos estudos sobre humanos e mais-que-humanos, esses trabalhos compartilham uma preocupação comum: entender como as coisas "humanas" e "não-humanas" são definidas e conhecidas (Bryant, 2022). Conforme apresentado no Quadro 1, com base nos estudos de Barad (2003) e Barad (2007), estão apresentados os principais aspectos da teoria da intra-ação: abordagem filosófica, conceito central, natureza das relações, ontologia, foco principal, epistemologia e metodologia.

Quadro 1- Principais aspectos da Intra-ação

Aspecto	
Abordagem filosófica	Realismo agencial
Conceito central	Intra-ação
Natureza das relações	As entidades se constituem mutuamente através das intra-ações.
Ontologia	Relações e entidades são co-constitutivas e inseparáveis.
Foco principal	Materialidade e discursividade estão intrinsecamente ligadas.
Epistemologia	Conhecimento é produzido através de práticas materiais-discursivas.
Metodologia	Análise das práticas científicas e tecnológicas como performativas.
Conceito, exemplo	Difração: Fenômeno em que diferentes ondas intra-agem e se transformam mutuamente.

Elaborada pelos autores (2024) com base em Barad (2003), Barad (2007).

O realismo agencial de Barad é uma abordagem que explora como práticas tecnocientíficas e outras práticas constroem a realidade e os significados que atribuímos ao mundo. Considera-se as contribuições dos estudos feministas, anti-racistas, pós-estruturalistas, queer, marxistas e



científicos, combinando-os para oferecer uma compreensão de como o conhecimento e a realidade são formados (Barad, 2003). A realidade não é algo que existe de maneira fixa e independente de nossas intra-ações, tudo o que conhecemos e percebemos é formado através das "intra-ações" (Barad, 2003).

O conceito central da intra-ação, no realismo agencial, é que a agência não pertence previamente a indivíduos ou objetos. É criada através das intra-ações dinâmicas, que ocorrem entre diferentes elementos. A capacidade de agir e causar mudanças no mundo não é uma propriedade fixa de um sujeito ou objeto, mas emerge das relações e práticas em que esses sujeitos e objetos estão envolvidos (Nyberg, 2009).

No contexto da natureza das relações, os sujeitos e objetos antes de participarem de práticas que os envolvem, não existem como entidades separadas. A partir disso, uma pessoa ou um objeto não tem agência de forma independente e isolada. A agência é o resultado das intra-ações entre vários fatores, não sendo atribuída a agentes individuais de maneira fixa e imutável (Nyberg, 2009).

Na intra-ação, a materialidade e a discursividade são elementos inseparáveis; a linguagem e a matéria se influenciam mutuamente. A forma como uma situação é vista, ou um problema é solucionado, depende da forma que será conduzido, de quais perguntas ou instruções serão tomadas (Barad, 2007).

Nas análises das práticas científicas e tecnológicas como performativas, Barad (2007) evidencia, por meio de um exemplo com experiências em física quântica, como essas práticas são inseparáveis. No caso dos experimentos de física quântica, relacionados ao comportamento das partículas subatômicas, a intra-ação entre o observador e o sistema não pode ser separada, e o ato de medir altera o que está sendo observado, o que reforça a teoria de que as entidades intra-agem entre si e não existem separadas antes disso ocorrer (Barad, 2007).

No contexto da difração, Barad (2007) a propõe como alternativa à reflexividade na análise das práticas tecnocientíficas e outras práticas sociais. Enquanto a reflexividade se preocupa em refletir e analisar a própria atividade de pesquisa, mantendo uma separação entre o sujeito e o objeto, a difração oferece uma abordagem através de diferentes elementos que se combinam e criam algo novo (Barad, 2007) como quando duas partículas se encontram, elas não podem ocupar o mesmo espaço e se afastam, mantendo suas propriedades distintas — como bolas de sinuca que colidem e seguem caminhos diferentes (Hollin *et al.*, 2017). Por outro lado, quando duas ondas se encontram, elas se sobrepõem e formam uma nova onda com propriedades resultantes da combinação das duas ondas originais (Hollin *et al.*, 2017). A difração, então, não se trata de observar reflexões, mas de entender como diferentes elementos intra-agem e produzem novos fenômenos (Hollin *et al.*, 2017).



A teoria da intra-ação enfatiza que essas relações são sempre dinâmicas e estão em transformação contínua. A agência emerge dessas intra-ações, e os atores não têm existência fixa antes delas. A realidade é composta por processos fluidos e emaranhados, onde tudo está interconectado e se transformando continuamente (Nyberg, 2009).

2.2 Performatividade, agência e matéria

Há filosofias que afirmam não haver “representações” (como imagens ou descrições de coisas) nem “coisas” esperando para serem representadas. Essas filosofias focam em como se usa a linguagem e as práticas sociais para entender o mundo. A compreensão "performativa" se concentra nas práticas discursivas (Barad, 2014). Essa abordagem tem sido especialmente utilizada em estudos feministas e queer, para encontrar alternativas ao construtivismo social, que é a ideia de que nosso conhecimento é construído socialmente. Essa perspectiva sugere que devemos olhar para como a linguagem e as práticas sociais moldam nossa compreensão do mundo (Barad, 2014).

Barad (2003) trata a performatividade como sócio-materialidade, desafiando a ideia de que a linguagem descreve a realidade objetiva. A linguagem e outras práticas sociais refletem o que já existe e têm o poder de criar e moldar a realidade. As ações e palavras comunicam ideias e contribuem ativamente para construir normas sociais, identidades e conceitos (Barad, 2003).

O conceito teórico de performatividade tem origem na obra de Austin (1962), que introduziu a ideia de atos de fala. Os atos de fala são entendidos como ações realizadas por meio da linguagem. Essas ações vão além da simples comunicação de informações e incluem a capacidade das palavras de realizar ações no mundo. Os atos de fala performativos são destacados como enunciados que descrevem a realidade e têm o poder de efetuar uma ação no momento em que são proferidos (Pinto, 2007).

Na teoria de Austin (1962), o conceito de performatividade é usado para explicar que nem todas as declarações linguísticas descrevem algo como verdadeiro ou falso. Algumas frases são performativas porque não apenas descrevem uma ação, mas também a realizam no momento em que são proferidas. Na expressão "Eu os declaro marido e mulher" durante uma cerimônia de casamento, o enunciado descreve o estado de casamento e ao mesmo tempo cria legalmente essa condição entre as pessoas envolvidas (Villar, 2017). Da mesma forma, "Batizo este navio" (Rainha Elizabeth) enquanto se quebra uma garrafa contra o casco do navio não é uma descrição, mas a realização do ato de batizar o navio. Essas declarações são chamadas de "performativas" porque, ao serem ditas, realizam uma ação (Austin, 1962). Compreender essas condições serve para analisar qualquer ato de fala e garantir que ele cumpra seu propósito performativo. Se as condições não forem atendidas, o ato de fala pode falhar e não realizar o que pretende (Pinto, 2007).



Derrida (1979) enfatiza a força dos enunciados performativos, que são declarações que fazem algo acontecer apenas por serem ditas. Austin (1962) defende em seus estudos que a força vem das intenções autênticas do falante e do contexto em que o discurso é proferido. No entanto, Derrida (1979) discordou dessa visão e evidencia que a verdadeira força de um enunciado performativo vem da capacidade de ser citado ou repetido (Gond *et al.*, 2016). Derrida (1979) afirma que a distinção de Austin (1962) entre performativos bem-sucedidos (felizes) e mal-sucedidos (infelizes) não se sustenta. Ele defende que não se pode excluir atividades como escrever uma peça ou fazer uma piada das performances performativas bem-sucedidas porque não existe uma performance totalmente séria e sem citação. Para Derrida (1979), toda declaração performativa depende da sua capacidade de ser citada ou repetida em diferentes contextos; em uma cerimônia de casamento, a mesma só será realizada se já existir como um conceito repetido e reconhecido (Gond *et al.*, 2016).

Posteriormente, Butler (1990) expandiu e reformulou o conceito de performatividade, especialmente no contexto de gênero e identidade (Pinto, 2007). A identidade de gênero não é algo inato, mas sim construído através de atos repetidos e ritualizados de fala e comportamento (Butler, 1990). A performatividade é uma construção social que surge dentro da linguagem e das normas hegemônicas e não é uma substância fixa, mas um desempenho contínuo, criado e recriado através de nossas ações e discursos (Butler, 1990). Não é uma característica intrínseca dos indivíduos, mas é culturalmente produzido, as pessoas não nascem com um gênero fixo, elas constroem seu gênero com base em entendimentos culturais e sociais do que significa ser masculino ou feminino (Guérard *et al.*, 2013). O que parece ser uma essência de gênero é, um efeito das práticas sociais e linguísticas que o constituem. O sexo e o gênero não são dados factuais ou naturais, mas são produzidos e mantidos através de performances repetitivas (Garcia, 2023). É algo feito repetidamente através de ações e palavras, uma performance contínua, e nossas identidades de gênero são criadas por meio de performances (Garcia, 2023). Certas vertentes feministas, ao tentar definir o que significa ser mulher ou homem de maneira rígida, podem inadvertidamente criar novas formas de exclusão e violência, como a homofobia. Ao impor normas estritas sobre o que é aceitável em termos de gênero e sexualidade, essas vertentes podem marginalizar e oprimir aqueles que não se conformam a essas normas (Garcia, 2023).

As ações e comportamentos de gênero não revelam uma identidade de gênero já existente, essas ações e comportamentos constroem a identidade. Caso o gênero fosse algo a ser expressado, significaria a existência de uma identidade verdadeira interna que as ações estariam revelando. Sendo o gênero performativo, não há uma identidade preexistente, são as ações relacionadas que formam a identidade (Butler, 2003).

Uma compreensão performativa das práticas discursivas desafia a crença



representacionalista no poder das palavras de retratar coisas preexistentes. A performatividade, quando corretamente interpretada, questiona o poder excessivo que se dá à linguagem na determinação do que é real. A performatividade contesta os hábitos mentais não examinados que atribuem à linguagem e a outras formas de representação um poder maior do que merecem na determinação de nossas ontologias (Barad, 2014).

Nas últimas décadas, houve uma grande ênfase na linguagem, na interpretação e na cultura, ao ponto de a matéria ser vista como menos importante. As questões sobre fatos concretos foram substituídas por questões sobre significado e representação cultural. A linguagem, o discurso e a cultura passaram a ser considerados fundamentais, enquanto a dimensão material passou a receber menos atenção (Barad, 2003).

A matéria, assim como o significado, não é uma entidade individualmente articulada ou estática. A matéria não são pequenos pedaços da natureza, ou uma lousa em branco, superfície ou local passivamente aguardando significado; nem é um terreno incontestado para teorias científicas, feministas ou marxistas. A matéria não é um suporte, localização, referente ou fonte de sustentabilidade para o discurso. A matéria não é imutável ou passiva. Não requer a marca de uma força externa como cultura ou história para completá-lo. A matéria já é sempre uma historicidade em curso (Barad, 2003, p. 22).

A perspectiva da intra-ação discorda da ideia de que a matéria é passiva e imutável, enquanto a linguagem e a cultura são percebidas como ativas e capazes de mudar. Porém, a materialidade também tem agência e pode influenciar o mundo, além de ser influenciada pela linguagem e cultura (Barad, 2003).

A agência e a performatividade estão conectadas. Elas envolvem uma reconfiguração das práticas discursivas e materiais que definem e redefinem constantemente as fronteiras entre o humano e o não-humano. A agência representa a capacidade de fazer mudanças contínuas em práticas específicas através da dinâmica da intra-atividade. Ela realiza mudanças contínuas em práticas específicas por meio da dinâmica das intra-ações e também implica a responsabilidade de intervir no desenvolvimento do mundo, questionando e revisando o que é considerado importante e o que é deixado de fora (Barad, 2003).

As intra-ações agenciais são processos onde uma coisa causa uma mudança em outra. Quando ocorre um corte agencial, separa-se localmente as diferentes partes de um fenômeno para observar como uma causa produz um efeito. O realismo agencial propõe que os aparatos meçam e criem realidades materiais; ao instaurar uma realidade, outra possibilidade igualmente viável é necessariamente excluída. Esses "cortes agenciais" são exclusões que ocorrem quando uma realidade específica é trazida à existência (Bryant, 2022).

A intraatividade agencial refere-se à ideia de que os fenômenos emergem através de intra-ações e relações entre diferentes entidades, sejam elas humanas ou não-humanas. Essas intra-ações



não são simplesmente causais, mas envolvem a produção mútua de significados e realidades. A agência não está ligada à intencionalidade humana, mas à capacidade de reconfigurar constantemente as práticas e os aparatos que moldam a realidade (Barad, 2003).

3 Empoderamento no campo e a intra-ação

O empoderamento é visto como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento econômico desde os anos 80, quando começaram os ajustes estruturais. Isso ocorre porque a mulher desempenha papéis tanto como consumidora, que impulsiona o crescimento econômico ao comprar produtos, quanto como trabalhadora em empregos precários e mal remunerados (Cornwall, 2018).

A autonomia decorrente do empoderamento da mulher não acontece rapidamente; é um processo gradual que envolve criar consciência sobre a discriminação de gênero. É um caminho para que a mulher mude sua autopercepção, passe a se ver de forma mais positiva e reconheça sua capacidade produtiva e seus direitos como sujeito (Carvalho, 2012).

No contexto de gênero, a combinação do feminismo com a intra-ação permite a análise das experiências da mulher agricultora, ao reconhecer que suas identidades e sofrimentos são formados em um contexto de relações complexas e interdependentes (Bryant, 2022). Nesse cenário, a natureza, a cultura e as práticas sociais se entrelaçam de maneira contínua, moldando o que significa ser mulher no espaço rural. As identidades da mulher agricultora fazem parte desses processos interligados, já que suas experiências são continuamente formadas pela intra-ação entre o material e o discursivo, como o trabalho agrícola, as estruturas sociais de gênero e os discursos sobre o papel da mulher na agricultura (Bryant, 2022).

No quadro 2, estão relacionadas as abordagens da intra-ação extraídas das obras de Karen Barad, a sua tradução ao empoderamento por meio da compreensão da autora do artigo e, na última coluna, propõe-se uma perspectiva do empoderamento feminino como relação.

Quadro 2- Tradução da abordagem da intra-ação ao empoderamento

Abordagem intra-ação	Tradução ao empoderamento	Empoderamento como relação
a) Materialidade e Discursividade	Na visão da intra-ação, a materialidade não é apenas física, ela inclui a forma como as coisas são continuamente constituídas através de intra-ações entre o material e o discursivo.	Efeito material discursivo das ações e que se falam.
b) Performatividade	O empoderamento, portanto, não é algo dado e sim que emerge na vida da mulher, é um fenômeno que se materializa através de práticas e intra-ações que envolvem os corpos, as estruturas sociais, e os discursos.	Efeito para gerar uma nova realidade



c) Agência	Na teoria de Barad, a matéria tem agência (como corpos, tecnologias, ambientes) e práticas discursivas (como discursos, políticas, ações) intra-agem para criar e modificar realidades. Empoderamento pode ser visto como algo que surge dessas intrações agenciais, ganhando forma e impacto real nas vidas das pessoas.	Agência distribuída
------------	---	---------------------

Elaborado pelos autores (2024) com base em Barad (2003).

Conforme o quadro 2, ao abordarmos através da intra-ação o elemento a) materialidade e discursividade e a sua tradução ao empoderamento por meio da teoria, pode-se entender que este é constituído através das intra-ações, nas quais não há uma separação entre sujeito e objeto, ou entre linguagem e mundo; as coisas ou entidades são formadas e reconfiguradas a partir das interações entre os elementos materiais e os discursos (Barad, 2003).

Com isso, sugere-se uma perspectiva de empoderamento como relação. A perspectiva da intra-ação propõe que o empoderamento emerge dos elementos materiais e discursivos que se intra-agem. A partir dessas intra-ações, novas realidades e práticas sociais são geradas, as quais possibilitam a criação de novas identidades e configurações de poder. O empoderamento torna-se um processo em constante evolução, que se nutre das intra-ações e transforma a realidade.

Ao que tange o elemento a) materialidade e discursividade, o “efeito material-discursivo das ações e que se falam”, por exemplo, em um discurso político, o líder local anuncia uma política pública que irá facilitar a jornada de trabalho para a mulher que é mãe. Na perspectiva da intra-ação, o fato de “falar” não irá gerar uma ação imediata, mas sim o que irá ocorrer a partir disso: a intra-ação de todos os elementos envolvidos, a mulher, os filhos, o trabalho, o local de trabalho, as condições de trabalho, e como todas essas partes se intra-agem para formar uma nova realidade, além da fala e da ação, mas sem a divisão entre as duas. O que realmente importa é como esses elementos se relacionam e se constituem mutuamente para formar uma nova realidade. Como citado anteriormente, no exemplo do discurso do líder local ao anunciar a política pública facilitadora para a jornada de trabalho da mulher e mãe, essa fala é um evento discursivo que se mistura com a materialidade das condições de vida e práticas da mulher, criando um espaço em que novos significados e possibilidades possam surgir. A mudança não ocorre simplesmente porque a lei foi anunciada, mas porque, a partir desse anúncio, há uma série de intra-ações que redefinem as práticas e as relações sociais junto a uma mobilização da rede-ator que sustenta as condições de desigualdade e subordinação da mulher na sociedade.

O segundo elemento abordado, b) performatividade, na sua tradução para o empoderamento, compreende-se que o poder não está concentrado em pessoas, mas pode emergir de ações. Não pode ser concedido ou recebido, no contexto do feminismo. A partir disso, sugere-se a nova perspectiva através da teoria, “efeito para gerar uma nova realidade”. Se considerarmos



o exemplo anterior do líder político e sua fala que sugere uma mudança na vida da mulher, ao pensarmos em performatividade e no efeito citado, a partir das oportunidades geradas com a política de apoio a mães, as novas condições de trabalho, a autoestima por conseguir trabalhar fora, a renda oriunda dessa atividade, as ações com outras mulheres, todos esses elementos intra-agindo têm o poder de formar uma nova realidade, de mulheres empoderadas que tiveram um reposicionamento social.

Com isso, a mudança na percepção de si mesma da mulher e a geração de empoderamento são efeitos de práticas performativas, nas quais a intra-ação entre discurso, ação e contexto social cria uma nova configuração de poder e identidade. Barad (2007) enfatiza que as ações e discursos não são meros reflexos da realidade, mas sim suas condições de possibilidade, permitindo que novos modos de existência e relações sociais surjam.

O elemento c) agência, na tradução para o empoderamento, indica que a matéria não é somente passiva; ela possui agência e participa de uma rede de interações que moldam e são moldadas pela realidade. A agência não é exclusiva de seres humanos ou elementos discursivos, ela é distribuída e co-constituída em relações complexas (Barad, 2003). O empoderamento, dentro dessa perspectiva, pode ser entendido como uma consequência dessas interações. Ele emerge da capacidade de diferentes entidades, mulher, trabalho, família, filhos, discursos e relações, que têm o poder de influenciar e transformar as suas condições. A “agência distribuída” emerge como uma perspectiva de olhar para o empoderamento através da teoria, pois o processo de empoderamento não é atribuído a um único agente, mas resulta do entrelaçamento de múltiplas forças que interagem e possibilitam esse efeito.

Ao retomar o exemplo utilizado nos elementos anteriores, da fala do líder político, a agência não pode ser atribuída ao líder ou às mães, mas a todos os elementos: o empoderamento das mães, o impacto na sua jornada de trabalho, as novas dinâmicas familiares e as mudanças no local de trabalho são parte dessa rede de intra-ações. Nesse sentido, a agência é um fenômeno emergente que não pode ser atribuído a um único agente, mas sim ao conjunto de influências que interagem e se interconectam para criar e modificar a realidade. Elas influenciam e são influenciadas por essas intra-ações, moldando e sendo moldadas pelo contexto em que estão inseridas. Assim, o empoderamento da mulher é um processo contínuo e dinâmico, resultado das intra-ações entre os diversos elementos envolvidos.

4 Discussões

Nesta seção, discutem-se os caminhos teóricos e práticos para o empoderamento feminino no campo, com base na teoria da intra-ação.

4.1 Temáticas e perspectivas de empoderamento que podem ser mobilizadas em estudos futuros

A partir da teoria da intra-ação, sugere-se um reposicionamento no entendimento e no pensar do empoderamento feminino no campo, uma mudança ontológica na perspectiva nas relações de poder, a qual vai além da ideia de uma conquista individual ao destacar como isso emerge das intra-ações entre humanos e não-humanos (Barad, 2003).

Essa abordagem pode mobilizar a agenda de estudos futuros ao analisar os elementos propostos no quadro 2, com temáticas e perspectivas de empoderamento. Os seguintes elementos representados na figura são: a) materialidade e discursividade; b) performatividade e c) agência, tais extraídos das obras de Karen Barad. Apontam-se para os elementos quais relacionam-se a uma perspectiva de olhar o empoderamento como relação: i) efeito material discursivo das ações e que se falam; ii) efeito para gerar uma nova realidade, e iii) agência distribuída, nesse contexto, relacionam-se com possíveis fatores de mudanças para a mulher do campo.

Figura 1- Elementos de mudança no campo e a perspectiva do empoderamento como relação



Elaborado pela autora (2024)

A figura demonstra os elementos da abordagem da intra-ação: a) materialidade e discursividade; b) performatividade e c) agência e as novas perspectivas do empoderamento:



i) efeito material discursivo das ações e que se falam; ii) efeito para gerar uma nova realidade; iii) agência distribuída, conforme exemplificado no quadro 2, estão relacionadas com fatores de mudanças para a mulher no campo, tais como: programas e projetos de empoderamento; impacto nas gerações mais jovens; agroecologia feminista; atividades laborais e decisões financeiras e autoestima e reconhecimento.

O empoderamento no campo, por meio de *programas e projetos*, que envolvem a mulher, ocorre como um processo de mudança no contexto social. No qual ela trabalha ativamente para recuperar o controle e a autonomia sobre sua própria vida, corpo e território, tanto nas esferas materiais quanto sociais (Larruari *et al.*, 2016). Ao relacionar esses conceitos com a perspectivas de empoderamento como relação, considera-se que a no **efeito material-discursivo das ações e que se falam**; os programas e projetos são resultados de políticas públicas através de discursos e implementações de mudanças materiais. Como o acesso e direito ao território, a forma como os elementos materiais-discursivos intra-agem a partir da implementação dos programas faz parte da construção do empoderamento. O **efeito para gerar uma nova realidade**, se relaciona a performatividade e o contexto em que a mulher vive quando começa a usufruir dos resultados dos programas e resgatam sua autonomia, não é algo que pode ser lhes dado, mas emerge a partir da intra-ação de todos os elementos. Como a receptividade com os programas, as condições em poder participar, os resultados obtidos, são parte para gerar uma nova realidade na vida da mulher. A **agência distribuída**, refere-se a todos os aspectos que farão parte a partir do momento de adesão aos programas, ela não pode ser atribuída somente a mulher do campo, ou a quem ofereceu o programa, ou a autoestima, ou ao território, e sim a junção de todos os fatores que se constituem com a intra-ação.

O **impacto nas gerações mais jovens de mulheres** também pode ser (re)analisado a partir da concepção de intra-ação. São diversos fatores influentes, como programas educativos, políticas públicas, práticas de transmissão de saberes e mudanças nas dinâmicas familiares e comunitárias (Briggs *et al.*, 2016). No efeito **material-discursivo**; a mulher jovem não é agente autônoma, a qual simplesmente absorve os discursos e mudanças, mas emerge como sujeito ativo à medida que os programas e políticas transformam o contexto material e simbólico ao seu redor. O **efeito para gerar uma nova realidade** se relaciona à **performatividade** das ações e discursos no cotidiano da mulher jovem, em que a participação agencial é moldada a partir da participação nos programas e das transformações nas relações familiares e sociais. Esse empoderamento não é algo que é dado às jovens, mas emerge das **intra-ações** entre o que elas aprendem, as oportunidades que surgem e o ambiente de suporte social e cultural que as rodeia. A **agência distribuída** significa que o empoderamento da mulher jovem vem de fatores interligados, tais como a participação em grupos, o apoio de mulheres mais velhas, as políticas públicas de educação e o acesso a recursos materiais.



As mudanças na vida das mulheres que ocorrem a partir da *agroecologia feminista*, fazem parte de uma abordagem que combina a agricultura ecológica com a igualdade de gênero, por meio de maneiras de cultivo e práticas de respeito, trabalho em equipe e sustentabilidade. Essa prática busca transformar as relações de gênero no campo, com a igualdade e a participação da mulher nas decisões agrícolas (Kerr, 2023). Ao relacionarmos com o **efeito material-discursivo das ações e que se falam**, com as práticas agroecológicas e os discursos sobre igualdade e sustentabilidade se intra-agem para redefinir relações de gênero. Por exemplo, ao trabalhar em equipe e participar das decisões agrícolas, a mulher participa do processo agencial, o qual consolida sua posição social e econômica no campo, além de que a intra-ação dos elementos com o material-discursivo, serve de motivação para outras mulheres. O **efeito para gerar uma nova realidade** ocorre a partir das intra-ções, de todos os agentes que fazem parte da agroecologia, como a mulher, o cultivo, a igualdade e surgem novas configurações sociais no campo, onde a igualdade de gênero é uma realidade vivenciada. A **agência distribuída**, se relaciona com todos os agentes que fazem parte da agroecologia feminista, com a intra-ação de todos eles pode haver a transformação das relações de gênero no contexto rural.

O empoderamento da mulher e o desenvolvimento econômico estão interligados (Duflo, 2012) um dos fatores que emerge quando a mulher e o trabalho se encontram, são a melhoria financeiramente e na autoestima devido ao direito do acesso às *atividades laborais e decisões financeiras*. Como consequência do trabalho, a mulher participa ativamente das decisões financeiras da família e quando essas decisões são compartilhadas entre o casal resulta na melhora da relação entre eles (Kerr *et al.*, 2018). O **efeito material-discursivo das ações e que se falam**, no contexto da prática de trabalhar e ter autonomia econômica é acompanhada de discursos que promovem a ideia de igualdade, independência e participação. Isso cria uma nova narrativa onde a mulher é vista como protagonistas. Quando os casais compartilham decisões financeiras, também é um reflexo de uma mudança discursiva que valoriza a colaboração e a igualdade na vida familiar. A intra-ação de práticas materiais e os discursos criam uma visão de mulher que se vê empoderada pela sua participação laboral. Todos os agentes, sem separação, mas intra-agindo entre si são responsáveis para que haja uma **um efeito para gerar uma nova realidade**. Sem que exista a atribuição de agência para a família, o casal, as atividades laborais, mas todos possuem, a **agência é distribuída**.

Na perspectiva da *autoestima e reconhecimento* da mulher o efeito **material-discursivo**, a autoestima e o reconhecimento não são qualidades individuais, mas elementos que se constituem a partir das intra-ações, assim como transformações materiais que ocorrem, como maior participação feminina em espaços de decisão, acesso a recursos produtivos e visibilidade de seu trabalho. O **efeito de gerar uma nova realidade** ocorre quando a mulher vive a experiência das



mudanças que emergem das intra-ações entre sua atuação e os diferentes elementos que estruturam seu contexto. A autoestima e o reconhecimento não são simplesmente adquiridos, mas **surtem performativamente** na medida em que a mulher acessa novos espaços de atuação e recebe incentivos para o seu reposicionamento de fato. A **agência distribuída** nesse processo emerge das intra-ações entre todos esses fatores mostrando que o empoderamento não é algo que a mulher simplesmente "possui", mas um fenômeno que se manifesta dinamicamente a partir do entrelaçamento entre diferentes atores e condições materiais-discursivas.

5 Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam a teoria da intra-ação como uma forma de compreender as dinâmicas de gênero e o empoderamento feminino no campo. A pesquisa buscou focar nos elementos da abordagem da intra-ação: a) materialidade e discursividade; b) performatividade e c) agência, o qual resultou em perspectivas do empoderamento como relação: i) efeito material discursivo das ações e que se falam; ii) efeito para gerar uma nova realidade e iii) agência distribuída.

No decorrer do estudo, o conceito de políticas de empoderamento feminino é apresentado como uma possível solução para a desigualdade de gênero. No entanto, ao analisá-lo sob a perspectiva baradiana, essa questão revela-se mais complexa, pois o empoderamento frequentemente é tratado como uma responsabilidade individual da mulher, objetivando-as no próprio processo. Em outras palavras, pressupõe-se que a superação das desigualdades depende exclusivamente de um esforço próprio, ou de um reposicionamento externo a elas. Tal visão ignora que desigualdades são produzidas e mantidas por estruturas sociais, econômicas, patriarcais e culturais que moldam as possibilidades de ação e existência da mulher.

A principal contribuição teórica deste trabalho consiste em apresentar uma perspectiva de empoderamento como relação, por meio de elementos, para abordar o empoderamento feminino de uma maneira distinta do que tem sido feito em outros estudos. Essa abordagem evidencia que o empoderamento não emerge de sujeitos previamente constituídos, mas de relações entre humanos e não-humanos. A mulher, nesse sentido, não é o centro único do processo, mas faz parte de uma rede de elementos que, em sua intra-ação, possibilitam (ou limitam) seu reposicionamento na sociedade.

Contudo, mesmo com avanços promovidos por políticas públicas e pela valorização de grupos sociais, a mulher continua sendo objetificada nesse processo. Muitas vezes, ela é tratada como alguém que pode ser posicionada ou deslocada conforme interesses externos, e não como uma agente com participação agencial em sua própria transformação. Ontologicamente, portanto,



a mulher ainda não deixou de ser entendida como objeto de intervenção.

A teoria da intra-ação contribui para romper com essa lógica, ao iluminar as relações entre pessoas e recursos materiais como constitutivas da realidade, e não como elementos isolados. Essas relações, muitas vezes, produzem efeitos excludentes e limitantes sobre a mulher e suas opções de vida. Assim, o empoderamento não deve ser compreendido apenas como uma questão de tornar a mulher mais fortes individualmente, mas como a necessidade de transformar as estruturas materiais e simbólicas que sustentam a desigualdade de gênero. Afinal, se à mulher rural for oferecida apenas a possibilidade de acumular o trabalho fora de casa com as responsabilidades domésticas, sem apoio, isso não configura uma conquista, mas uma sobrecarga.

Esse reposicionamento ontológico, proposto por Barad (2003), também permite pensar o empoderamento a partir de uma **objetividade performativa**. Ao reconhecer que as realidades são constituídas nas e pelas intra-ações, compreende-se que o empoderamento não é algo dado, mas um processo relacional e material, que emerge de práticas, discursos, resistências e tecnologias. No contexto da mulher do campo, isso significa romper com leituras romantizadas ou subordinadas sobre sua presença nos territórios, reconhecendo que sua agência se realiza quando há redistribuição de poder nas redes em que estão inseridas. A teoria, portanto, não apenas interpreta a realidade, mas a mobiliza.

Para que o empoderamento tenha um impacto real, é preciso alterar as condições materiais, sociais e culturais que criam e mantêm as desigualdades. É necessário garantir o acesso à educação, a recursos e a oportunidades que possibilitem a mulher transformar sua realidade de forma concreta, e não apenas ser “empoderada” num discurso vazio, enquanto o sistema se mantém intacto. A verdadeira mudança no trabalho e na vida da mulher rural, ocorrerá quando ela for reconhecida e valorizada como protagonista não objetivada, mas performativa da transformação de sua comunidade, com condições reais para que isso aconteça.

Como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se a ampliação das investigações sobre o empoderamento feminino no campo a partir de perspectivas ontológicas e epistemológicas apresentadas nesse artigo. Conforme explanado na sessão de discussões, os elementos: materialidade e discursividade, performatividade e agência – como chaves analíticas. Tais elementos apontam para uma compreensão do empoderamento como relação: (i) efeito material-discursivo das práticas e falas; (ii) capacidade de gerar novas realidades; e (iii) expressão de uma agência distribuída. Essa proposta pode contribuir para pensar processos de mudanças sociais que fazem parte da vida da mulher no campo.

REFERÊNCIAS



AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. 1962. p. 1-69.

BARAD, K. Specetime re(con)figurations: naturalcultural forces and changing topologies of power. In: BARAD, K. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press, 2007. p. 223.

BARAD, K. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Gender and Science: New Issues*, v. 28, n. 3, p. 802–231, 2014.

BARAD, K. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs*, v. 28, n. 3, p. 801–831, 2003.

BEZERRA, A. G. C. et al. Gender, agroecology and local markets at São José de Mipibu in Rio Grande do Norte, Brazil. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 46, n. 4, 2022.

BRIGGS, L.; STEDMAN, R.; KRASNY, M. Place attachment and social–ecological system sustainability examined through the voices of indigenous Guatemalan women. *Sustainability Science*, v. 14, n. 3, 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 205–227, 2004.

BURKITT, I. Relational agency: relational sociology, agency and interaction. *European Journal of Social Theory*, v. 19, n. 3, p. 322–339, 2016.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRYANT, L. Farming women, distress and drought: intra-actions and entanglements with matter. *Sociologia Ruralis*, v. 62, n. 3, p. 459–484, 2022.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 196–233.

CARVALHO, D. J. de. O empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de Carvalhopólis-MG. 2012.

CORNWALL, A. Além do "empoderamento light": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. *Cadernos Pagu*, n. 52, 2018.

DUFLO, E. Women empowerment and economic development. *Journal of Economic Literature*, v. 50, n. 4, p. 1051–1079, 2012.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281–317, 1997.

EMIRBAYER, M. Network analysis, culture, and the problem of agency. *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 6, p. 1411–1454, 1994.

GAUR, D.; GUPTA, K.; PAL, A. Transformational women leadership: a road to sustainable development goal of women empowerment. *Journal of Global Responsibility*, v. 15, n. 2, p. 193–214, 2024.

GARCIA, R. C. Identidade e desempenho: uma revisão crítica de teoria de gênero de Butler através de Leibniz. *Identidade e performance: revisão crítica da teoria do gênero de Butler desde Leibniz*, p. 1–10, 2023.

GOND, J.-P.; CABANTOUS, L.; HARDING, N.; LEARMONTH, M. What do we mean by performativity in



organizational and management theory? The uses and abuses of performativity. *International Journal of Management Reviews*, v. 18, n. 4, p. 440–463, 2016.

HAMLIN, C. L. Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 97–110, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200006>.

HOLLIN, G.; FORSYTH, I.; GIRAUD, E.; POTTS, T. (Dis)entangling Barad: materialisms and ethics. *Social Studies of Science*, v. 47, n. 6, p. 918–941, 2017. DOI: 10.1177/0306312717728344.

KABEER, N. Is bullet for microfinance a magic women's empowerment? *Economic and Political Weekly*, v. 40, n. 44, p. 4709–4718, 2011.

KERR, R. B. Feminist agroecology viewed through the lens of the plantationocene. *Annals of the American Association of Geographers*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2023.2216779>.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011.

MESQUITA, A. C. S. dos. *Mulheres do campo e o acesso à terra como caminho de garantia de direitos*, 2017.

MÜTZEL, S. *Networks as culturally constituted processes: a comparison of relational*, 2015.

NYBERG, D. Computers, customer service operatives and cyborgs: intra-actions in call centres. *Organization Studies*, v. 30, n. 11, p. 1181–1199, 2009.

ONU. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.

PAULA, L. A. C. de. As Margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 100–121, 2019.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, n. 1, p. 1–26, 2007.

SAYES, E. Actor-network theory and methodology: just what does it mean to say that nonhumans have agency? *Social Studies of Science*, v. 44, n. 1, p. 134–149, 2014.

SEBA, A. L. D. V.; SILVA, J. D. C. da. Entre humanos e não humanos: uma leitura da obra “teoria ator-rede e educação”. *Revista Docência e Ciberultura*, p. 1–9, 2024.

SELGAS, F. J. G. Posthumanismo(s) y ciencias sociales: una introducción. *Política e Sociedad*, v. 45, n. 3, p. 7–15, 2008.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.